



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

16 de Janeiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

QUINTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2025

Presidente João Lourenço já em Paris

O Presidente da República, João Lourenço, chegou, hoje, a Paris, ao final da tarde, para cumprir uma visita de Estado de 48 horas a convite do homólogo, Emmanuel Macron.

À chegada, o Presidente da República, acompanhado da Primeira-Dama, Ana Dias Lourenço, foi recebido pelo ministro da Defesa francês, Sébastien Lecornu, pelo ministro das Relações Exteriores, Tété António, e pela embaixadora extraordinária e plenipotenciária de Angola em França, Guilhermina Prata.

Na próxima quinta-feira, 16, João Lourenço iniciará a agenda em Paris, no quadro do aprofundamento dos laços políticos, culturais e económicos entre Angola e França.

Ambos países têm trabalhado juntos nas questões de segurança e combate ao terrorismo, especialmente na África subsaariana e colaboram em fóruns internacionais, como as Nações Unidas, para abordarem questões globais como mudanças climáticas e paz regional. (J.A.)++++

João Lourenço e Emmanuel Macron analisam hoje a cooperação bilateral

O Presidente João Lourenço e o homólogo da França, Emmanuel Macron, têm hoje um encontro oficial, no Palácio do Eliseu, na cidade de Paris, capital da República Francesa.

A deslocação do Presidente angolano à residência oficial do líder francês marca o momento mais alto da visita de Estado que João Lourenço cumpre, hoje e amanhã, em Paris, com um programa intenso, a convite de Emmanuel Mácron.

Durante a reunião entre os dois Presidentes, será avaliada a cooperação bilateral, que remonta ao ano de 1982, devendo, num segundo momento, João Lourenço e Emmanuel Macron encabeçar as conversações oficiais entre as duas delegações, altura em que serão rubricados mais instrumentos jurídicos.

De acordo com a embaixadora de Angola em França, Guilhermina Prata, em declarações à imprensa angolana, os sectores prioritários para a cooperação são a Educação, Ensino Superior, Agricultura e Desportos. A diplomata destacou que, recentemente, ambos os países manifestaram interesse em expandir a relação bilateral para outras áreas, incluindo o domínio espacial.

Além disso, a embaixadora esclareceu que há um grande interesse de empresas francesas em explorar oportunidades de negócios no Corredor do Lobito, em Benguela.

Guilhermina Prata revelou, a propósito, ter recebido, na Embaixada, quatro titulares de empresas, que estão a preparar projectos para investir em Angola, especificamente no Corredor do Lobito.

A embaixadora destacou que os empresários franceses reconhecem que, neste projecto ferroviário angolano, há um conjunto de valências que podem ser introduzidas, tanto no

domínio da Agricultura como no sector Agro-Alimentar. “Na verdade, isso proporcionará um volume de desenvolvimento não apenas para as províncias próximas, pois o projecto não deve ser visto de forma reducionista, é necessário incluir componentes acessórios que, de facto, agregarão mais valor ao projecto”, reforçou a embaixadora.

A visita de Estado de João Lourenço, afirmou Guilhermina Prata, é um motivo de orgulho para os angolanos e é fundamental para concretizar diversas questões na relação de cooperação entre Angola e França. Essas questões serão “plasmadas nos vários acordos a serem firmados”, facilitando assim o trabalho da missão diplomática.

A diplomata acrescentou que também haverá um fluxo maior na resolução de várias questões que preocupam os angolanos, mas também incomodam os franceses. A agenda é extensa e deve “aquecer” o bom ambiente nas relações entre os países, mesmo no actual clima extremamente frio de Paris, com as temperaturas a rondarem os 4 graus Celsius.

Visita ao Parlamento francês

Após o encontro com o homólogo Emmanuel Macron, o Presidente João Lourenço desloca-se à sede da Assembleia Nacional francesa, para um encontro com a líder do Parlamento, Yaël Braun-Pivet.

A seguir à presença na Casa das Leis, o Estadista angolano regressa, à noite, ao Palácio do Eliseu para participar no jantar oficial oferecido pelo Presidente Emmanuel Macron. Na ocasião, está previsto um momento de discurso dos dois Chefes de Estado, sendo que o anfitrião deverá tomar inicialmente a palavra.

Durante o seu discurso, o Presidente angolano vai abordar os assuntos prementes que lideram a agenda bilateral e internacional. João Lourenço voltará, seguramente, a apontar para o facto de estar-se a viver num mundo cada vez mais

conturbado, marcado por conflitos antigos que persistem e pelo surgimento de novas tensões em diversas regiões do Planeta.

A situação de instabilidade no Médio Oriente, particularmente o conflito entre Israel e o Hamas, também poderá ser mencionada pelo Estadista angolano, considerando as suas amplas repercussões regionais e o risco de escalada para uma preocupante confrontação entre vários países daquela volátil região.

Conflitos em África

Enquanto detentor do título de “Campeão da Paz e Reconciliação”, distinguido pela União Africana, João Lourenço fará, muito provavelmente, menção no seu discurso à sua visão sobre os conflitos prevaletentes no continente.

Nesse aspecto, será inevitável a referência à situação no Sudão e na RDC, com este último país à procura de desenven-cilhar-se do grupo rebelde M23 por meio da negociação pa-cífica sob mediação de Angola.

Angola, neste contexto, tem trabalhado para ajudar a RDC e o Rwanda a encontrarem caminhos para o diálogo, vi-sando alcançar a paz duradoura e permitir que se dediquem ao desenvolvimento económico e social dos seus respectivos países e das comunidades regionais em que estão inseridos.

Fórum Económico França – Angola

A agenda do Presidente da República para amanhã, se-gundo e último dia da visita de Estado a França, inclui a abor-dagem de questões de natureza económica. João Lourenço vai intervir no Fórum Económico França-Angola, que servirá como uma oportunidade para explorar novas possibilidades de negócios e parcerias entre os dois países.

O Chefe de Estado também vai realizar visitas a empre-endimentos franceses focados em objectivos económicos, como uma central de valorização energética de resíduos, e à

Cidade das Ciências e da Indústria. Durante o encontro com empresários franceses, o Presidente da República convidará os homens de negócios a investir no mercado angolano, destacando o grande trabalho de Angola na criação de infra-estruturas básicas, com o objectivo de enfrentar os desafios da industrialização, e o conjunto de recursos naturais que podem desempenhar importância relevante nas relações bilaterais, como a existência no território nacional de minérios estratégicos e de grande procura pela indústria francesa, com realce para a electrónica.

O reconhecimento à importância do investimento francês em Angola e a abertura do país para encontrar as melhores opções, para que uma relação estável e de vantagens mútuas possa ser construída e preservada com a França, não deverá escapar, também, nas declarações do Chefe de Estado, no contacto com os empresários locais.

Assim como aconteceu durante a visita à Coreia do Sul, João Lourenço pode reiterar que Angola é “uma das principais economias emergentes do continente africano e, actualmente, a quinta maior da África Subsaariana”.

Investimentos agrícolas

O Chefe de Estado pode, ainda, incentivar as empresas francesas para investimentos no domínio da Agricultura, assegurando aos homens de negócios do país europeu que Angola possui uma vasta extensão de terras cultiváveis e tem em curso um programa de segurança alimentar que está a mobilizar a sociedade.

Na recente abordagem em Kampala, no Uganda, recorde-se, em que dirigiu a Conferência Extraordinária da União Africana sobre o desenvolvimento da agricultura em África, o Estadista angolano ressaltou a necessidade imperiosa da aposta no desenvolvimento agro-alimentar mundial,

de modo que pode voltar a fazê-lo amanhã, no Fórum Económico França - Angola.

Projectos relevantes

João Lourenço tem sido muito incisivo, nos seus discursos, em relação aos investimentos feitos pelo país em termos de infra-estruturas de apoio à actividade económica, destacando aqueles que considera de relevantes, como é o caso do conhecido Corredor do Lobito, mas também a construção de plataformas logísticas em várias regiões do país.

Não deverá escapar, por isso, uma referência ao actual projecto de construção de uma nova zona franca na região da Barra do Dande, destinada à instalação de unidades fabris de empresas que pretendam ter em Angola uma base privilegiada de produção de bens, para o consumo interno ou para exportação. (J.A.)++++

Téte António e homólogo francês abordam cooperação

O ministro das Relações Exteriores, Téte António, reuniu-se, hoje, ao princípio da tarde, com o homólogo francês, Jean-Noël Barrot, em Paris.

De acordo com um comunicado, enviado ao JA Online, o encontro de trabalho, em Quai D'Orsay (casa da diplomacia francesa), serviu para as duas entidades abordarem assuntos ligados ao aprofundamento das relações bilaterais, nos mais variados domínios da vida política, diplomática, económica, cultural e social.

Na ocasião, ambos diplomatas saudaram o reforço contínuo das relações bilaterais, além do desenvolvimento da cooperação, nomeadamente nos sectores da Agricultura, do Ensino Superior, da Investigação e da Saúde.

A oportunidade permitiu, igualmente, aos dois chefes da diplomacia analisarem questões relacionadas à política interna do continente africano e à segurança internacional.

A reunião foi, também, presenciada pelos embaixadores Maria Cuandina de Carvalho, directora Europa, e Domingos de Almeida Coelho, director dos Assuntos Jurídicos, Tratados e Contenciosos, do Ministério das Relações Exteriores, e ainda pela embaixadora de Angola acreditada em França, Guilhermina Prata, refere o documento. (J.A.)++++

Angola e França assinam seis novos acordos de cooperação

Angola e França assinaram, quarta-feira, em Paris, seis novos acordos das relações bilaterais, nos domínios da Cooperação Geral, Criação de Mecanismo de Consultas Políticas, Biodiversidade, Inovação, Ensino e Agricultura.

Os documentos foram rubricados pelo ministro das Relações Exteriores, Tété António, e o seu homólogo dos Negócios Estrangeiros de França, Jean-Noel Barrot.

Os instrumentos jurídicos, de acordo com o chefe da diplomacia angolana, servem de preparação dos conteúdos que ambos os países desejam para sustentar as relações bilaterais.

“As relações com a França, que é muito profícua em todos os domínios da nossa vida, estão contemplados neste contexto. Não só assinamos o acordo sobre a cooperação geral, que abre a porta a outros domínios, mas uma adaptação das relações que temos no momento actual”, esclareceu Tété António, em declarações aos jornalistas angolanos.

O acordo sobre a Criação de Mecanismo de Consultas Políticas, explicou o ministro das Relações Exteriores, vai permitir aos dois países consultarem-se, rapidamente, sobre assuntos de interesse comum, “sem esperar a data da periodicidade das comissões mistas”.

Relativamente ao acordo sobre a Biodiversidade, o ministro Tété António referiu que visa dar suporte ao projecto “Palanca Yetu”, de protecção da Palanca Negra Gigante, uma

espécie animal rara apenas encontrada em Angola. “Assinamos, também, outros acordos relacionados com questões de Inovação e Ensino e Agricultura”, reforçou.

Téte António revelou, também, que o acordo de Cooperação Geral é o “acordo-mãe”, assinado com o homólogo francês para preparar o encontro dos Chefes de Estado.

Expressão mais alta da relação bilateral

Téte António considera a visita do Presidente João Lourenço a França “a expressão mais alta da relação que temos com este país, desde a sua formalização em 1976, mas sobretudo da importância de continuarmos a desenvolver a mesma relação”.

O chefe da diplomacia angolana referiu, ainda, que, do ponto de vista do conteúdo, a visita representa a adaptação aos paradigmas que cada um dos países apresenta, tendo em conta as dinâmicas que se conhecem dos países, mas também que conhecem o continente e o mundo.

O ministro anteviu, ainda, o encontro de hoje, entre os Presidentes João Lourenço e Emmanuel Macron, no Palácio do Eliseu, tendo destacado que será uma conversa em privado, para concertação, também, de assuntos a nível regional, a exemplo da questão dos Grandes Lagos, que interessa muito a França.

“É só saber que a nível do Conselho de Segurança da ONU, a França é aquilo que se chama o país que inicia todas as resoluções relacionadas com a Região dos Grandes Lagos”, justificou. (J.A.)++++

Parlamento discute tabela salarial e subsídios da Função Pública

A proposta do Executivo sobre a organização e a aplicação da Estrutura Indiciária das Tabelas Salariais e dos Subsídios ou Suplementos Remuneratórios da Função

Pública, que prevê um aumento de 25 por cento a partir do I trimestre deste ano, vai à discussão na próxima sessão plenária da Assembleia Nacional, agendada para o dia 22 deste mês.

A informação foi avançada, ontem, pelo 1º secretário da Mesa do Parlamento, Manuel Dembo, após a realização da 4ª Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, sob orientação da líder da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira.

A proposta, apreciada segunda-feira pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, foi enviada à Casa das Leis com o objectivo de assegurar uma estrutura equitativa, respeitando o princípio da hierarquia salarial e corrigindo a disparidade existente entre diferentes carreiras.

No mesmo dia, vão à votação final global cinco diplomas aprovados recentemente pelos deputados, com destaque para a Proposta de Lei sobre o Regime Especial de Disponibilização e Consumo de Bebidas Alcoólicas.

De acordo com Manuel Dembo, além do diploma que prevê regular a actividade comercial de bebidas alcoólicas, o Plenário vai proceder, também, à votação da Proposta de Lei que altera a Lei sobre a Designação e Execução de Actos Jurídicos Internacionais; Proposta de Lei da Provedoria de Justiça; Lei que altera a Lei Geral de Electricidade, bem como a Lei do Cofre Geral dos Tribunais.

O responsável avançou também que o Plenário vai apreciar a Proposta de Lei que cria a Medalha Comemorativa Alusiva ao 50º Aniversário da Independência Nacional.

Mais ainda, vão ser submetidos à apreciação dos parlamentares dois Projectos de Resolução, com destaque para o relativo à Adesão da República de Angola ao Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Emprego e Trabalho.

A Conferência dos Líderes Parlamentares, realçou, tomou conhecimento sobre o processo de revisão do Regimento, que terá início neste Ano Parlamentar, visando garantir a necessária harmonia com a nova Lei Orgânica do Funcionamento dos Serviços da Assembleia Nacional, assim como colmatar algumas omissões, no sentido de se reforçar a funcionalidade institucional da “Casa das Leis”.

Manuel Dembo informou, igualmente, que os deputados vão debater, também, sobre o diploma de autorização legislativa sobre a Proposta de Lei da Alteração da Área de Concessão do Bloco 14.

Com esta alteração, o Governo pretende tornar atractivo o desenvolvimento dos recursos remanescentes no referido Bloco e elevar o seu valor, com vista a permitir a recuperação do investimento na área de concessão.

Suspensão do mandato de deputados da UNITA

Na ocasião, o parlamentar adiantou que em virtude do acto de admissão do projecto político PRA-JA Servir Angola, pelo Tribunal Constitucional, alguns deputados do Grupo Parlamentar da UNITA suspenderão os seus mandatos, por força de incompatibilidades supervenientes.

Deste modo, vão suspender os mandatos aqueles parlamentares inscritos na lista de deputados da UNITA que estiverem vinculados à organização política de Abel Chivukuvuku, em particular nos órgãos de direcção da mais nova formação política do país. *(J.A.)++++*

Líder do MPLA escreve a Cyril Ramaphosa

Uma mensagem do presidente do MPLA, João Lourenço, ao homólogo do Congresso Nacional Africano (ANC), Cyril Ramaphosa, com vista a fortalecer a cooperação entre Angola e a África do Sul e os respectivos povos, foi entregue recentemente pelo secretário do Bureau Político para as

Relações Internacionais. De acordo com as informações partilhadas na página oficial do MPLA, a mensagem foi entregue durante as comemorações do 113.º aniversário do Congresso Nacional Africano, realizadas na Cidade do Cabo, África do Sul.

O evento foi precedido de uma gala prestigiada pelo presidente do ANC, Cyril Ramaphosa, e por vários convidados estrangeiros. A cerimónia teve como objectivo homenagear os precursores do Congresso Nacional Africano que lutaram contra o regime do apartheid.

O ponto alto das festividades foi um grandioso acto político de massas, que exaltou a importância e a trajectória histórica do ANC, o mais antigo partido político do continente africano.

A presença do MPLA, a convite do ANC, sublinha a informação, reforçou as relações históricas de amizade, solidariedade e cooperação entre os dois partidos, reafirmando o apoio incondicional do MPLA à causa sul-africana.

O Congresso Nacional Africano (ANC) é um movimento político fundado em Bloemfontein, África do Sul, com a missão de defender os direitos da população negra do país, desempenhando um papel crucial na luta contra o apartheid.

O evento não celebrou apenas a longa história do Congresso, mas também solidifica a parceria contínua entre o MPLA e o ANC, reflectindo o compromisso dos partidos em promover desenvolvimento e justiça social nas suas respectivas nações.

Fizeram parte da delegação do MPLA, liderada por Manuel Augusto, secretário do Bureau Político para as Relações Internacionais, Justino Capapinha, primeiro- secretário nacional da JMPLA, e outras entidades do partido no poder.

(J.A.)++++

Maria Bragança defende maior interacção entre cidadãos e Administração Pública

A ministra de Estado para a Acção Social, Maria do Rosário Bragança, sublinhou, hoje, a importância de uma interacção dinâmica e eficaz entre os cidadãos e a Administração Pública.

Maria do Rosário Bragança falava na abertura da primeira Conferência Nacional sobre Boa Governação, que decorre, nas instalações do Centro de Convenções de Talatona, em Luanda.

Na ocasião, a ministra de Estado explicou, igualmente, que esta relação deve estar alicerçada em valores e princípios ideológicos, com respeito pela dignidade dos utentes, eliminando burocracias e reduzindo documentos necessários para tratar de cada assunto.

Relembrou, também, a necessidade de criar uma Administração Pública simplificada, próxima das populações e orientada para a desconcentração e descentralização administrativas, conforme a Constituição da República de Angola.

O evento, que vai até quinta-feira, dia 16, em alusão aos 50 anos da Independência Nacional, reúne ministros, secretários de Estado, governadores, administradores municipais, deputados, presidentes de conselhos administrativos de empresas públicas, corpo diplomático acreditado em Angola, embaixadores nacionais, académicos e sociedade civil.

(J.A.)++++

Executivo reitera apoio aos antigos combatentes e veteranos da Pátria

Os antigos combatentes e veteranos da Pátria vão continuar a beneficiar de uma atenção especial do Executivo, como reconhecimento do contributo dado em prol da Independência Nacional.

A garantia foi dada, ontem, em Saurimo, Lunda-Sul, pelo secretário de Estado Domingos Tchikanha, durante o discurso oficial do acto central do Dia Nacional dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria.

O secretário de Estado para os Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que representou no acto o titular da pasta, o ministro João Ernesto dos Santos “Liberdade”, reiterou que o Executivo continua a trabalhar na Proposta de Lei para garantir uma protecção mais especial aos antigos combatentes e veteranos da pátria.

Domingos Tchikanha disse estarem, igualmente, em curso acções viradas à preservação do legado histórico dos antigos combatentes e veteranos da pátria, nomeadamente o levantamento dos sítios e locais de interesse militar, construção de monumentos, recolha de depoimentos, assim como várias outras acções que visam, no essencial, contribuir para a verdade histórica do país, com vista à eternização dos factos e feitos da história militar nacional.

Para a materialização deste fim, prosseguiu, estão a contar com a parceria estratégica e privilegiada dos parceiros sociais, em especial da Federação dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria de Angola, da qual disse esperar obter a contribuição necessária para a defesa e promoção dos direitos e benefícios dos heróis da Pátria.

Mais união e coesão entre todas as associações

“É preciso haver maior união e coesão entre todas as associações que constituem a Federação dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria de Angola, pois só assim estará forte e potenciada para se afirmar como verdadeira vanguarda na luta pela defesa e dignificação dos antigos combatentes e veteranos da Pátria”, apelou.

Domingos Tcihkanha informou, na ocasião, que o recadastramento e prova de vida efectuados para depurar cidadãos oportunistas das folhas de salário aprovou mais de 62.490 processos de antigos combatentes, deficientes de guerra e famílias com direito aos subsídios.

O rastreio, prosseguiu, facilitou um incremento da pensão para 57 mil, contra os 23 mil kwanzas pagos antes a cada beneficiário. “A decisão do Governo é uma forma de honrar a bravura e o patriotismo.

A conquista da Independência Nacional, instauração da paz efectiva e reconciliação são ganhos de valor incalculável, que exigem o reconhecimento aos feitos históricos protagonizados por estes heróis, que nos permitem hoje caminhar como um povo livre e soberano”, destacou o secretário de Estado.

Na mensagem de boas-vindas, o governador provincial, Daniel Neto, agradeceu a escolha da província para albergar o evento, num ano em que o país vai comemorar os 50 anos de Independência Nacional. (J.A.)++++

Ministra de Estado quer Administração Pública mais dinâmica para preservar a dignidade dos cidadãos

A ministra de Estado para a Área Social ressaltou, quarta-feira, que a dinâmica interactiva entre os cidadãos e a Administração Pública deve ser baseada em valores e princípios deontológicos e no respeito pela dignidade dos utentes dos serviços públicos.

Maria do Rosário Bragança, que discursava na Conferência Nacional sobre Boa Governação, acrescentou que a interacção deve incluir a eliminação de burocracias, redução de documentos e a prossecução do interesse público salvaguardado na Constituição da República, que defende “a existência de uma Administração Pública baseada no princípio da

simplificação, da aproximação dos serviços às populações e da desconcentração e descentralização administrativas”. No evento, promovido pela Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE), no âmbito dos 50 anos da Independência Nacional, Maria do Rosário Bragança disse ser por intermédio da Administração Pública que se estabelecem as relações entre os distintos órgãos do Poder Executivo e entre estes e os cidadãos, que diariamente afluem às instituições públicas para verem atendidos os seus mais variados interesses e aos quais se reserva o direito de sentirem as repercussões da boa governação.

Numa altura em que a IGAE assinala 33 anos de existência, amanhã, Maria do Rosário Bragança afirmou que na prática a estreita colaboração da referida instituição com a PGR, o SIC, a Polícia Nacional e a Polícia Judiciária Militar constitui uma “muralla intransponível”, com vista a garantir a lealdade, integridade e a boa governação de todos os órgãos da Administração Pública, em obediência à Constituição, ao Código do Procedimento Administrativo, à Lei da Probidade Pública e à Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção.

Na sua intervenção, a ministra de Estado destacou o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027 como um dos principais instrumentos de planeamento de médio prazo, que traz consigo resultados positivos da acção governativa desde o quinquénio 2017-2022.

A governante disse ser importante não perder de vista os múltiplos desafios que ainda persistem, mas que estão a ser superados, paulatinamente, com a execução de programas de desenvolvimento local e combate à pobreza.

Entre os programas, apontou o Kwenda, de transferências monetárias, o de combate à seca ou de aceleração de melhoria das condições de vida nos municípios, que têm

permitido reduzir as dificuldades de famílias em situação de vulnerabilidade, aumentar o número de escolas, melhorar as vias de circulação e infra-estruturas administrativas e autárquicas, de saneamento básico, de turismo, telecomunicações e de segurança alimentar.

“As respostas que se procuram para uma governação que acelere a prosperidade colectiva da sociedade não deve ignorar a necessidade de utilização de uma estratégia”, ressaltou, mencionando a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo Angola 2050.

A Estratégia de Longo Prazo, lembrou a ministra de Estado, é uma ferramenta que conduz ao alcance de vários objectivos, como a reforma do Estado, posicionar e redimensionar a Administração Pública para prestar melhores serviços, aperfeiçoar os mecanismos de articulação entre órgãos do Estado, da Administração Pública e os cidadãos.

Esses objectivos, segundo Maria do Rosário Bragança, visam atingir os maiores índices de apreciação positiva sobre uma administração de excelência, capaz de responder aos desafios deste século em matéria de governação participativa e representativa.

Em representação do Presidente da República, João Lourenço, a ministra de Estado para a Área Social disse que o Executivo tem realizado as principais tarefas fundamentais do Estado, mediante a utilização de instrumentos de planeamento da governação.

Entre as tarefas, destacou a promoção do bem-estar social, a elevação da qualidade de vida dos cidadãos através de programas sociais, o acesso universal e gratuito ao ensino e aos cuidados primários de saúde.

A erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de género, a aposta no capital humano, a atracção de investimento estrangeiro e o fomento do crescimento territorial

harmonioso são outras tarefas apontadas por Maria do Rosário Bragança. Sobre os desafios para que a boa governação seja uma realidade em constante construção, sem retrocessos, no médio e longo prazos, uma questão colocada por si, a governante frisou que ao se caminhar para os 50 anos da Independência Nacional, todos são convidados a reflectir sobre mecanismos de solução, medidas de políticas, práticas e acções que permitam o país manter-se no caminho do desenvolvimento sustentável, à semelhança do que estão a fazer as outras nações.

Incursão sobre o surgimento da IGAE e as conquistas alcançadas

Segundo o inspector Geral da Administração do Estado, João Pinto, que falou de forma breve sobre o percurso para a conquista da Independência Nacional até ao nascimento da Inspeção Geral do Estado, em 1992, sublinhou que só é possível falar de controlo de todo o território e de governação a partir de 2002 e 2008.

Nesta altura, segundo João Pinto, que intervinha na abertura da 1ª Conferência Nacional sobre Boa Governação, criaram-se as bases de reposição de toda a administração do Estado e dos angolanos reconciliados.

Sem isso, o controlo interno ou externo e, consequentemente, a boa governação eram uma miragem, uma utopia, que só foi realizada com a paz entre os angolanos, com as eleições regulares e competitivas, pacificamente nos mandatos de 2008 e 2012, 2012 e 2017, 2017 e 2022 e agora em 2022, que termina em 2027.

Sobre a Conferência, que termina hoje, disse que visa a reflexão sobre o percurso de Angola, enquanto nação soberana que tem vindo a superar desafios, como o conflito pós-independência, reforma política da primeira República para a segunda e desta para a terceira, onde a busca pela

segurança, reconciliação e reconstrução, aliados à inclusão na vida política, económica, social, cultural e tecnológica tem sido a alavanca que procura fazer melhor e com excelência para o bem-estar dos angolanos.

Estudo sobre Práticas de Boa Governação

O sociólogo Paulo de Carvalho apresentou, na Conferência, um Estudo sobre Práticas de Boa Governação, na qual faz um resumo sobre o sistema democrático em Angola, sobre as políticas públicas, a prevenção e combate à corrupção e ao branqueamento de capitais.

Na sua conclusão, no que diz respeito à IGAE, frisou que o número de acções inspectivas tem aumentado desde 2021, assim como o de denúncias e reclamações feitas junto das instituições.

Depois de falar sobre a Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da Corrupção, Paulo de Carvalho, citando o IGAE e a PGR, concluiu no seu estudo, encomendado pela IGAE, que as duas instituições têm vindo a cumprir a sua missão no quadro da fiscalização da acção dos serviços e dos agentes administrativos, encaminhando, desta forma, para os tribunais, todos quantos se revelarem incumpridores.

O sociólogo enfatizou sobretudo o período de 2018, em que ambas têm prestado um bom serviço ao Estado angolano, contribuindo para a boa governação e para as boas práticas no serviço público.

Em declarações à imprensa, o sociólogo falou sobre o facto de ter havido um incremento na detecção e no combate à corrupção e a actos lesivos da pauta deontológica do funcionário público, de modo que a IGAE e a PGR estão de parabéns por terem melhorado a sua actuação nos últimos anos.

“Temos verificado também que o Tribunal de Contas e a Assembleia Nacional têm, nos últimos anos, melhorado a acção de fiscalização e de controlo sobre as contas do Estado

e dos ministérios e institutos públicos”, ressaltou. Sob o lema “Preservar e valorizar as conquistas alcançadas, construindo um futuro melhor”, a Conferência conta com oradores especialistas, técnicos que se dedicam, escrevem sobre o país, sobre a corrupção, sobre a justiça e que trabalham com a matéria.

São temas de debate a diplomacia política externa, as tecnologias e a boa governação, bens locupletados da Administração Pública, o controlo externo, com a Assembleia Nacional e o Tribunal de Contas, que é o órgão especializado para o controlo das finanças públicas, e a PGR para abordar sobre a responsabilização em consequência do desrespeito às normas ou às orientações e estratégias sobre a governação.

Participam do evento os servidores da Administração directa do Estado, inspectores, académicos, entre outros convidados. (J.A.)++++

Centralidades

Antes e imediatamente a seguir à Independência, a nossa ingenuidade de porta-vozes da guerra fria e erros de palavra como “sob o olhar silencioso de Lenine”, levaram-nos a uma situação calamitosa com o êxodo da população rural para as cidades, onde foi instalado o “modo rural de viver.

” Rolavam botijas de gás a estragar o mármore das escadas, cortavam-se árvores para fazer fogo para cozinhar e até os pequenos ladrilhos de madeira prensada. A rede de saneamento básico como esgotos rebentava, os contadores de água e luz foram abandonados e faziam-se puxadas ilegais de eletricidade e os apagões eram rotina.

Ontem, regresso do serviço de identificação que é um inferno, reparei em acácias floridas. Maravilha. Como se fosse em Benguela. Árvores que eu vi plantar como outras

que se desfraldam e dão frescura à cidade. Uma cidade não se aumenta por ser pressionada pelo défice habitacional. Aí, por autodefesa, começaram as construções em ravinas, habitações precárias que haviam de ser destruídas pelas chuvas ou destruídas pelas autoridades.

Imagino os sentimentos de um homem que fugiu do mato com a família, deu, com fome, todo o suor que tinha, ergueu uma casa como se fosse um palácio ou um poema e assistiu indefeso à demolição.

E surgem as centralidades para urbanizar os desurbanizados. Quem quiser aprofundar um pouco os conceitos pode recorrer a uma dissertação de mestrado de autoria de Moisés Bernardo F., sob o título: “NOVA CENTRALIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DE LUANDA: A CIDADE DE SEQUELE COMO ESTUDO DE CASO.”

Sabendo que as Centralidades obedecem a uma manutenção e conservação, infra-estrutura de serviços básicos, gestão de estradas, rede de esgotos, abastecimento de água, electricidade, e áreas comuns, serviços de limpeza, segurança e paisagismo são essenciais. Pelas fotografias que vi, as Centralidades são apetecíveis para morar e conviver. Sim conviver sem empurrões. Conviver é aprender. Brincar no parque infantil e à noite sonhar.

Verifico agora que oitenta e cinco mil casas das 24 Centralidades já se encontram todas vendidas, suponho, mediante renda resolúvel. Agora cabe aos especialistas de Ciências Sociais fazer inquéritos, pesquisa e estudos de Antropologia, Sociologia e demografia sobre as Centralidades. O ser humano deve ser observado como tal e em conjunto. Quem me dera ter nascido na Centralidade do Bailundo...

Centralidades são grandes complexos habitacionais construídos para reduzir o défice habitacional e promover o desenvolvimento urbano, precisam de gestão contínua para

manter sua funcionalidade e aparência. Foram concluídas, entre 2017 e 2022, 14 centralidades postas à disposição a gente do povo de 39 mil e 51 unidades habitacionais. Centralidades do Zango 0 e Zango 5 (Luanda), Baía Farta, Luhongo e Lobito (Benguela), Andulo (Bié), Quibala (Huíla), 5 de Abril e Praia Amélia (Namibe), Luena (Moxico) e Quilomoço (Uíge).

No mesmo período foi concluída a construção de quatro urbanizações com 2.098 unidades habitacionais nas províncias de Luanda, Bié, Malanje e Moxico.

A arquitecta Maria João Teles Grilo afirma: Uma centralidade, em termos urbanos, é uma área urbana que movimenta e relaciona em rede os mais diversos sectores da cidade. Comércio, serviços, equipamentos sociais e culturais e espaços públicos são as tipologias fundamentais para definir uma centralidade, que é um conceito urbano e nunca o modo rural de viver.

O que define uma centralidade é a mobilidade gerada pela dinâmica de várias Actividades urbanas- os fluxos-, ou seja, a circulação contínua de consumidores, trabalhadores, automóveis, mercadorias, informações e ideias, a presença desses elementos e suas dinâmicas dão função aos espaços e definem territórios com uma diversidade cultural, social e económica. (J.A.)++++

Escuteiros abrem hoje acções de sensibilização nos bairros Paraíso e Belo Monte

Cento e cinquenta dos 300 mobilizadores sociais contra a cólera previstos para o município de Cacuaco, província de Luanda, arrancam, hoje, com a campanha de sensibilização sobre a epidemia porta-a-porta, nos bairros Paraíso e Belo Monte, anunciou, quarta-feira, ao Jornal de Angola, o assessor para a Comunicação da ministra da Saúde, Sílvia

Lutucuta. Celso Malavoloneke esclareceu que este grupo concluiu, ontem, no período da tarde, uma acção formativa na Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS), na vila sede de Cacuaco, no quadro do plano de resposta contra a doença que afecta as províncias de Luanda, Bengo e Icolo e Bengo.

No mesmo recinto, esta manhã, outro grupo de 150 escuteiros realiza, também, formação idêntica, com o intuito de trabalhar no epicentro da epidemia, disse.

Durante o seminário, os mobilizadores sociais aprenderam com aulas práticas e teóricas temas sobre as medidas de prevenção da cólera no contexto de surto, como proceder em caso de sintomas na família e comunidade, técnicas de comunicação de risco e engajamento comunitário.

Além destes, os escuteiros foram orientados, também, sobre a organização da campanha de sensibilização casa-a-casa. Na acção formativa, os mobilizadores sociais tomaram conhecimentos, igualmente, sobre a apresentação da situação epidemiológica do surto, tratamento de leitura e interpretação do Boletim Epidemiológico diário no país.

A coordenadora da promoção de Saúde do Governo Provincial de Luanda, Maria Martins, explicou que nas aulas práticas os escuteiros aprenderam técnicas de preparação do hipoclorito para distribuição às famílias nos bairros Paraíso e Belo Monte, ambas as localidades as mais atingidas pela cólera.

De acordo com a responsável, o sódio é um líquido usado como desinfectante de água, superfícies, pisos e agente branqueador de tecidos.

Além dos escuteiros, Maria Martins informou que também foram seleccionados os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS), representantes das comissões de moradores e membros de igrejas para trabalhar

na campanha porta-a-porta, no âmbito da implementação do plano de acção de combate à cólera.

Protecção Civil e Bombeiros

Sessenta efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros concluíram, ontem, no Hospital Municipal de Cacaco, uma acção formativa para o auxílio e atendimento dos casos de cólera naquela circunscrição, anunciou Maria Martins.

Segundo a responsável, foram instalados os centros de tratamento, com quartos de banho e divisórias com camas, nos bairros Paraíso e Belo Monte, para o atendimento do público com sintomas da cólera. Maria Martins garantiu, igualmente, que o grupo vai ser reforçado com efectivos da Polícia afectos ao Sistema de Saúde do Comando Geral.

Acções no Kikolo

A Administração Comunal do Kicolo adoptou como medida para a prevenção e combate à cólera a realização de palestras com responsáveis de associações, pastores de igrejas, directores de escolas e ADECOS, garantiu, ontem, o administrador local.

Nhanga Pedro disse que o objectivo é sensibilizar a população que passa pelo bairro Paraíso para o Mercado do Kicolo e vice-versa. Na semana passada, disse Nhanga Pedro, alguns membros da sociedade civil receberam formação com o propósito de distribuírem o hipoclorito nas comunidades para desinfectão da água, superfícies e pisos no interior das residências. (J.A.)++++

Alegado curto-circuito no Terminal de Cargas provoca incêndio

O Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro registou, hoje, durante a tarde um incêndio que terá sido alegadamente provocado por um curto-circuito.

De acordo com a TPA, que avançou a informação, as chamas consumiram na totalidade um dos armazéns, porém o fogo não alastrou para outras áreas nem registou vítima alguma. A mesma fonte refere, igualmente, que o incêndio foi controlado pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no local.

Já a Sociedade Gestora de Aeroportos (SGA), informou por meio de um comunicado à população geral e stakeholders que o incidente terá acontecido "por volta das 15h07, no Armazém de Inspeção de mercadorias a exportar sob controlo da Administração Geral Tributária (AGT) do Terminal de Cargas".

O documento, consultado pelo JA Online, acrescenta, ainda, um agradecimento da SGA aos bombeiros e à equipa de segurança, afectos ao Quartel Principal e ao Comando Principal de Luanda, por conseguirem "controlar o fogo de forma célere, evitando assim danos maiores" e sublinha que decorre um trabalho em estreita colaboração com "todas as partes envolvidas para restabelecer a normalidade das operações no menor tempo possível, minimizando os impactos causados por este acidente". (J.A.)++++

Produção de Arroz na Matala duplica

A produção de arroz no perímetro irrigado da Matala duplicou de 3.500 para sete mil toneladas anuais. A revelação foi feita, terça-feira, pelo director de produção do projecto agrícola Olombi, no acto oficial de safra do cereal testemunhado pelo administrador local, Manuel Quilende.

O perímetro irrigado da Matala, instalado numa área total de 512 hectares, dos quais 300 em exploração, gerou cerca de 22 postos de trabalho directos e 188 indirectos.

(J.A.)++++

Mais de 200 pessoas no Cuanza-Norte ficam ao relento após chuvas

As fortes chuvas que se abateram, nos últimos dias, na província do Cuanza-Norte, provocaram a destruição total de 34 casas e deixaram ao relento 254 pessoas. As 254 pessoas residiam no sector do Mussabo, na localidade de Kaká, comuna de Samba Lucala, município de Samba-Cajú.

Em declarações ao Jornal de Angola, o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no Cuanza-Norte, segundo subchefe bombeiro, Agnelo Francisco da Costa, detalhou que as chuvas destruíram, igualmente, uma igreja, uma escola e uma cantina.

Acrescentou, também, que das 49 casas construídas com materiais precários, 34 foram totalmente destruídas e 15 parcialmente atingidas.

O porta-voz adiantou, ainda, que nesta altura as populações afectadas clamam por ajuda, tendo visto as chapas de zinco devastadas e necessitando de roupa e bens alimentares para minimizar o impacto que este desastre natural causou.

(J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 16 de Janeiro de 2025